



ISSN: 2595-5713

Vol. 2 | Nº. 4 | Ano 2019

Martinho Pedro

MOÇAMBIQUE: DE COLONIZAÇÃO PERIFÉRICA À ESTRUTURAÇÃO DE DINÂMICAS VOLÁTEIS E PERMISSIVAS NA CONTEMPORANEIDADE

Mozambique: de la colonisation périphérique à la structuration de dynamiques volatiles et permissives à l'époque contemporaine

RESUMO: Moçambique tem conhecido, desde a sua independência, uma sucessão de conflitos que, entretanto, encerram alguma peculiaridade pelo facto de se manifestarem recorrentemente de forma violenta. Se o percurso histórico desses conflitos teve atores, uns reivindicando ou desafiando e outros defendendo um determinado *establishment* político, a conflitualidade veio a complicar-se com a entrada de um grupo sem identidade e objetivo expressos. A par dessa realidade, Moçambique apresenta uma multiplicidade de vulnerabilidades que fragilizam a construção do Estado. Esta reflexão defende que tal situação resultou de colonizações marginais que propiciaram a formação de uma mentalidade volátil na região. Desenvolvido na perspectiva de longa duração, e num quadro retrospectivo, o estudo visa balizar os fundamentos históricos dessa volatilidade que alimenta parte da instabilidade em Moçambique na contemporaneidade.

Palavras-Chave: Colonização Periférica; Excentricidade; Volatilidade.

RÉSUMÉ: Depuis son indépendance, le Mozambique a connu une succession de conflits qui présentent, cependant, la particularité de se reproduire violemment. Si dans l'histoire ces conflits avaient des acteurs, certains d'entre eux affirmant ou contestant et d'autres défendant un établissement politique particulier, le conflit est devenu compliqué par l'entrée d'un groupe sans identité ni but explicites. Parallèlement à cette réalité, le Mozambique présente une multitude de vulnérabilités qui affaiblissent la construction de l'État. Cette réflexion fait valoir l'idée selon laquelle cette situation a résulté de colonisations marginales sur la région, qui ont données à la formation d'une mentalité volatile. Développée dans une perspective de longue durée et dans un cadre rétrospectif, l'étude vise à esquisser les fondements historiques de cette volatilite qui alimente, d'une certaine façon, l'instabilité au Mozambique à l'époque contemporaine.

Site/Contato

Editor

Ivaldo Marciano de França Lima
ivaldomarciano@gmail.com

Mots-clés: Colonisation Périphérique; Excentricité; Volatilité.

MOÇAMBIQUE: DE COLONIZAÇÃO PERIFÉRICA À ESTRUTURAÇÃO DE DINÂMICAS VOLÁTEIS E PERMISSIVAS NA CONTEMPORANEIDADE

Martinho Pedro ¹

Introdução

Um olhar panorâmico aos conjuntos sociais dos territórios que compõem o Oceano Índico Ocidental propicia a presença de realidades homogêneas, mas também de heterogeneidades que quando vistas em função dos atores que as engendraram, indiciam a ocorrência de processos atípicos e paradoxais. Nesse quadro, Moçambique emergiu em um *continuum* territorial oceaníndico, numa zona geopolítica que se desenvolveu em função da talassocracia e num contexto marginal ou periférico e tal realidade propiciou a moldagem de influências sobre dinâmicas socioculturais, económicas e políticas que, a par da região, algumas delas tornaram-se recorrentes na posteridade.

Tais influências regionais passaram a ser tão evidentes, a ponto de propiciar a cunhagem de uma ideia de que Moçambique [é] (também) um país do Oceano Índico, ideia cunhada por Malyn Newitt², historiador britânico e um dos proeminentes especialistas da história de Moçambique. A esse propósito, o autor aponta que “Northern Madagascar, the Comoros and coastal Mozambique form a single maritime region where trade and migration have helped to create communities with a shared Islamic cultural tradition” (NEWITT, 2017, p. 8) e, no mesmo diapasão, finaliza, acrescentando que

Mozambique and its peoples have always been participants in the economy and civilisation of the Indian Ocean, which has influenced many aspects of their economic life and has linked them to the civilisations of India, Arabia and the Gulf. Mozambique, for its part, has provided migrants (often in the form of slaves) who have helped to people the Indian Ocean islands and Madagascar, and who have contributed substantially to Indian Ocean political and cultural life (*Id.* p. 9).

Pela natureza geocultural mais ou menos homogênea moldada na região podia conjecturar-se que, a mesma, teria resultado de um empreendimento político objetivamente

¹ Martinho Pedro, Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique, Doutorado. marpmatos@gmail.com
Texto elaborado a partir de uma intervenção oral numa Mesa Redonda sobre Moçambique, promovida pelo Centro de Estudos de Democracia e Desenvolvimento (CEDE), na Biblioteca Nacional de Moçambique, a 29 de Agosto de 2019, cuja perspetiva analítica foi revista, mas nunca foram difundidas e o texto não se encontra em processo de julgamento em nenhum outro periódico ou coletânea.

dinamizado a partir de um centro. Contudo, tal como evidencia-se no desenvolvimento do presente texto, uma revisitação dos processos históricos que se desenvolveram fundamentalmente no Canal de Moçambique e nas ilhas adjacentes revela que aquela fisionomia cultural, longe de ter sido circunstancial, resultou de um acaso conjuntural, ligado à uma colonização marginal. Dito de outra forma, tanto a primeira colonização da região, dinamizada pelos árabes ou arabizados no período entre os séculos VII e XVI/XIX da era cristã, como a segunda, parcialmente dinamizada pelos portugueses no primeiro momento “... do sistema-mundo patriarcal/capitalista colonial/moderno europeu... [no qual o paradigma orientador era o de] “... cristianiza-te ou dou-te um tiro...”, (GROSGOUEL, 2009, p. 409), não teve como foco a costa oriental africana e, fundamentalmente, o Canal de Moçambique e suas imediações.

Por conta dessa colonização marginal houve, em consequência, a formação de uma mentalidade volátil que, por via disso, possibilitou um fraco vínculo com o território, condicionando, em parte, porosidades e permissividades graves que atentam ao normal funcionamento das instituições do Estado na contemporaneidade. Pela natureza dos seus subsídios históricos, o estudo desenvolve-se na perspectiva da Longa duração e num quadro da arqueologia do saber de Foucault (DEFERT; EWALD, 1994) ou da arqueologia fenomenológica³ (BELLO, 1998), cujo fim é ver como os processos encadearam-se no terreno a ponto de criar os fundamentos da volatilidade que alimenta a instabilidade em Moçambique, fundamentalmente a que ocorre em Cabo Delgado, extremo norte de Moçambique.

Canal de Moçambique: um território oceaníndico modulador de processos sociais

Desde tempos remotos⁴, o Oceano Índico tem se constituído em zona ecótona, em resultado de ser local de transição e de convergência de vários grupos sociais e cuja permanência tem dado um impacto directo e indirecto sobre construções socioculturais, bem como na capitalização de dinamismos, na curta, média e longa duração. Até por volta do século XIX, tanto a parte insular, como a continental da região de que o actual Moçambique faz parte, eram territórios ainda isentos de traçados fronteiriços rígidos como os que actualmente são conhecidos, herdados do contrato Westefaliano de 1648 e estendidos por conta da segunda modernidade europeia para o continente africano, por via da colonização.

² Na academia moçambicana a ideia foi lançada num Workshop realizado nos dias 25 e 26 de Abril de 2017, sobre Pesquisa de fontes de História e numa Mesa Redonda sobre Historiografia política de Moçambique e os desafios da construção do Estado em Moçambique.

³ Segundo a autora, a Arqueologia fenomenológica “... se refere a uma operação de escavação nos elementos constitutivos...” ou “... de uma indagação regressiva envolvendo cada uma dessas operações voltadas a determinar o sentido de qualquer coisa até reconduzi-las às fontes últimas, às matrizes, às *Archai* e a partir destas remontar às unidades óbvias de sentido que fundamentam as validades essenciais do nosso tempo (BELLO, 1998, p. 18).

⁴ Segundo MALBERT (2017), o Índico é navegado e regista intercâmbios há mais de 5000 anos.

Antes da extensão dessas fronteiras, o Oceano Índico definiu-se como local de conexão e de construções sociais definidas num contexto mais aberto e, nessa vertente, catalizador de realidades sociais mais ou menos híbridas, pelo facto dos territórios costeiros e insulares terem sido formados num contexto marginal. Entretanto, é necessário sublinhar que, entre todos os conjuntos territoriais situados neste Oceano Índico Ocidental, Moçambique tem a peculiaridade de ter sido formado num quadro marginal, mas numa marginalidade extrema em relação aos territórios situados nas suas imediações. Tal formação marginal define o primeiro carácter que acompanhará o território de Moçambique até a atualidade e que, nessa perspectiva, serve para situar algumas bases imprecisas que ocorrem, quer no quadro da construção do Estado, que pode ser situada numa estrutura e funcionalidade marcadamente frágeis, como nas dinâmicas sociais que lhe são.

Um exemplo muito recente testemunha o que acaba de se referenciar. Pelo jornal *O País*, do grupo SOICO, de 28 de agosto de 2019, editando uma informação televisada pela STV no dia precedente, também do mesmo grupo, indicava-se que Moçambique encontrava-se, “(...) no topo nos riscos de lavagem de dinheiro e terrorismo” (*O País*, Ano XV, nº 411103, de 28 de agosto de 2019). Segundo aquele jornal, Moçambique é “(...) vulnerável a outras infracções, que incluem a corrupção, roubo e contrabando de automóveis, roubo e contrabando de dinheiro, comércio ilícito de metais e pedras preciosas, fraude aduaneira e contrabando de mercadorias” (*Id.* p. 2).

Dos aspectos acima arrolados, mesmo que parte deles não possa ser tipificado em função do que foi divulgado pelo grupo SOICO, têm, entretanto, uma relação com o nível, o tipo de estruturação e funcionalidade do Estado moçambicano, os quais desaguam na insegurança do extremo norte de Moçambique, nomeadamente na Província de Cabo Delgado. A título de exemplo, o comércio ilícito de metais e pedras preciosas, se bem que seja algo que ocorre um pouco por todo o país, Cabo Delgado pode constituir-se em exemplo-tipo e poucos concorrentes teriam se se tivesse que comparar com outras províncias. Um olhar inicial dos riscos arrolados pelos órgãos do grupo SOICO leva a apontar que os mesmos espelham factores e processos que, ao longo da história de Moçambique, foram se cimentando até se traduzirem num certo comportamento e característica generalizados dos grupos sociais que habitam largos e diferenciados espaços do país. Para tal, identificam-se três factores, nomeadamente, (i) os tipos de colonização, (ii) a natureza como esta se refletiu sobre a região entre o Rovuma e a Ponta de Ouro e (iii) a funcionalidade dos fundamentos do Estado moderno implantado em Moçambique desde o período colonial.

Colonização periférica, funcionalidade sistémica e formação de caracteres transitórios em Moçambique

Uma revisitação das duas colonizações sistemáticas extra-africanas conhecidas até hoje e que ocorreram na região do Canal de Moçambique⁵, a primeira conduzida pelos árabes ou arabizados, a partir do século VII ou IX e, a segunda, pelos europeus e, concretamente, pelos portugueses, a partir do século XVI, denota que as mesmas foram desenvolvidas em função de um contexto pretensamente excêntrico. Os dois grupos projetaram perspectivas marginais de dominação sobre o território. Paralelamente, no interior da macro zona, conexões decorrentes na zona entre o Rovuma e a Ponta de Ouro, território que hoje é incorporado por Moçambique, têm levado a conjecturar que a introdução de tais mecanismos de dominação e de construção sociais não só foram marginais, mas tais marginalidades tiveram, ainda, o pendor de serem mais extremas ou acentuadas. De facto, quando comparado com outros espaços territoriais, onde, anteriormente, simultânea ou posteriormente, árabes e portugueses desenvolveram também relações de dominação, desenham-se diferenças abismais, quanto ao tipo de padrões desenvolvidos, como à natureza de agentes de colonização.

Para o interior da zona anteriormente demarcada, as evidências indicam que não só não terá havido uma forte mobilização de elementos mais puritanos, mas também, em algumas zonas, a colonização foi muito mais lasciva, por causa de uma pretensa excentricidade,⁶ ao que se acresceu à ligações frágeis com os respectivos centros colonizadores. Assim, a situação do território que na geopolítica mundial é actualmente representado por Moçambique, resultou da sua posição “Trans-Raiana”, para usar, por empréstimo e adopção, o termo que Isaacman e Isaacman (1991) empregaram para explicar as condições que propiciaram a estruturação do sistema de prazos no vale do Zambeze, em Moçambique.

A condição “trans-raiana” foi marcante para aquela região, ao ponto de se constituir em grande zona tampão entre duas outras zonas distintas: uma primeira zona, constituída, por sua vez, por duas subzonas⁷, cuja correlação entre influências externas e o aparato sociocultural local possibilitou a demarcação de territórios com novas expressões culturais bem definidas; e, uma segunda zona, caracterizada por territórios que continuaram a propiciar a expressão de tensões sociais, reveladoras de desenvolvimentos socioculturais paralelos e/ou separados, situados,

⁵ A região do Canal de Moçambique compreende o território situado entre o Quénia, (Norte) e África do Sul, (Sul), e entre as ilhas ocidentais (Leste) e os territórios continentais ribeirinhos do Oceano Índico (Oeste),

⁶ Entretanto, é opinião assente no presente artigo de que, tal excentricidade, foi definida, na altura, não em função de uma equidistância a partir dos respectivos centros de difusão, mas subjectivamente criada em função de interesses geoestratégicos ligados à expansão dos respectivos credos religiosos, tal como volta a desenvolver-se mais adiante.

⁷ Trata-se dos contactos entre grupos sociais endógenos e extra-africanos que ocorreram, por um lado, na parte insular do oceano Índico Ocidental, nomeadamente na Ilha da Reunião, Seychelles e nas ilhas de Comores/Mayotte, dos quais engendraram-se novas interpretações culturais, com a emergência de sociedades crioulas/suaíli, híbridas ou miscigenadas e, por outro lado, dos que se desenvolveram na parte continental entre o Quénia e o rio Rovuma, dando origem a sociedade Suaíli, nos actuais territórios de Quénia e Tanzânia.

concretamente, no território para além da Ponta de Ouro, contemplando o actual território sul africano. Foi entre as duas zonas demarcadas que, tendo um carácter “trans-raiano”, isto é, fora do raio de ações tipificadas mais ou menos vigorosas no cruzamento entre sistemas culturais exógenos e endógenos, definiu-se Moçambique, cujas sociedades emergentes foram de natureza mais osmótica, inconstante e com maior expressão de traços locais. O aparato cultural local longe de se reformular parcial ou grandemente, situou-se mais na escolha de alguns adereços culturais considerados cruciais no quadro dialógico entre os nativos e os membros de outros sistemas culturais, estes últimos caracteristicamente transitórios. Esta resultante tornava-se paradoxal, pelo facto dos mecanismos de colonização dos árabes e dos portugueses apontarem, desde os primórdios da sua difusão, para a aculturação ou mesmo a desculturação dos grupos sociais das terras conquistadas e pretensamente classificados como infiéis. Entretanto, por causa da fragilidade institucional projetada para a região, nenhum dos dois grupos conseguiu concretizar o desiderato inicial, processo que deu origem à formações sociais situadas no limiar da transformação, à exceção das Ilhas de Angoche, que viram a formação do *Koti* e da parte costeira do extremo norte de Moçambique, onde surgiu o *Ki-Mwani*.

Acompanhe-se, em seguida, como a excentricidade subjectivamente e a marginalidade institucionalmente criadas ou a “trans-raianidade” da colonização dos árabes/arabizados, por um lado, e dos portugueses, por outro lado, refletiram-se na formatação de uma característica social volátil na região entre o Rovuma e a Ponta de Ouro.

Quanto à colonização/expansão árabe, a conquista de maior parte de territórios foi, para os seus primeiros momentos, por via da *djihad*, isto é, guerra santa, direccionada para as terras situadas quase entre os mesmos paralelos da Península Arábica, para o ocidente e com algumas inflexões para o norte e nordeste. Ao que as ilustrações cartográficas indiciam, o raio de ação parece ter sido definido num quadro geoestratégico preciso, cuja concretização devia passar pelo emprego de um exército. Tal expansão, à exceção da Europa Ocidental, propiciou a emergência e manutenção de um sistema *islamocrático*, isto é, a imposição de um sistema predominantemente islâmico, no Maghreb, na Ásia menor, parte significativa da Ásia do Sudoeste, entre outras regiões, a ponto de formar um *continuum* territorial arabófono. Entretanto, apesar de na mesma época ter sido iniciada a expansão do islamismo para a costa oriental africana esta foi feita, especificamente, por via de comerciantes ou da actividade comercial. Sobre essa realidade, Oliver e Fage, apresentando a especificidade da costa oriental africana, indicam que “não existiu um paralelo oriental ao modelo da *jihad* e da cruzada, que constitui a história medieval do Mediterrâneo” (1980, p. 100). Ao que tudo indica, a ausência de uma religião com intenções similares na África Oriental, isto é, baseada na difusão universal do seu credo, e num contexto exclusivo, condicionou que a região não fosse visada como prioritária, isto é, ficasse fora do

raio/eixo de expansão árabe por via do *djihad*. Esta foi dinamizada para a zona do Próximo Oriente, onde existia o Judaísmo e o Cristianismo, esta última dominando praticamente a bacia do Mediterrâneo e quase a totalidade do continente europeu, por conta do Império Romano.

Os comerciantes, contrariamente ao exército *dhihadista*, incrustavam-se nos territórios a título individual, ou quanto mais constituíam formações islâmicas secundárias, remotamente ligadas à Arábia e com menos referências ortodoxas. Até ao presente nível de conhecimentos, foram estes grupos secundários que colonizaram o Oceano Índico Ocidental. Os maiores protagonistas terão sido os xirazianos, do Golfo Pérsico, e arabizados, da costa oriental africana, e não necessariamente os árabes da Península Arábica (OLIVER; FAGE, 1980).

No caso dos xirazianos, situados num *carrefour* pérsico e, por via disso sujeitos à múltiplos contatos, desenvolveram um comportamento cosmopolita ou intercultural e, em consequência, ávidos em aceitarem relativismos e processos interculturais. Nas situações em que fosse necessário desenvolver negociações ligadas à actividade comercial, este carácter parece ter prevalecido nos contatos que aqueles estabeleceram na costa oriental da África.

O facto de tais arabizados terem tido contacto com a costa oriental africana na condição de comerciantes (HRBEK, 2010), impelidos a construírem dinâmicas comerciais menos conturbadas, dificilmente deixaram a noção de fixação de fronteiras estanques, tanto ao nível territorial, quanto ao sociocultural. Aliás, o comerciante tem um comportamento que dificilmente liga-o a um torrão⁸, pelo facto do capital por ele investido ser de carácter circulante. Por via disso, passou a aceitar sempre intersubjectivações, em prol da manutenção de uma auréola comunicacional que não lesasse a sua actividade.

Finalmente, o fraco impacto do islame na costa oriental africana, depois do rio Rovuma para os territórios situados mais para sul daquele rio, deveu-se à circulação das monções (JOURDIN; DESANGES, 1989), reforçados, certamente, pela circulação dos alísios do Sul, que dificultam a navegabilidade dos barcos à vela. Por via disso, a ação do islame nunca chegou a propiciar uma comunidade crioula muito forte nesta zona, mas, entretanto, ficou influenciada pelo carácter tipicamente mercantil daquele grupo, bem como do estabelecimento de relações frágeis com o território. Esta forma de estar, ao ter sido característico durante séculos, continua a caracterizar parcelas significativas de Moçambique, principalmente as directamente ligadas ao Oceano Índico, tal como ocorre, fundamentalmente, entre o Rovuma e um pouco mais em territórios situados para além do rio Ligonha para sul.

Um processo similar na construção do seu espaço na Costa oriental africana foi conduzido por Portugal. Desde as origens da sua expansão, por mais que esta tenha sido

⁸ Serra, afirma que “xeques e sultões, dispendo de laços marítimos permanentes com chefaturas, (...), preocupavam-se menos com a hegemonia das terras do que com o senhorio do comércio, (...)”. (SERRA, 1983, p. 19)

acompanhada pela definição de locais estratégicos, aquele país só teve algum empreendimento vigoroso nos últimos quarenta anos da sua colonização, isto é, entre a segunda metade dos anos 30 do século XX, até 1974 (PEDRO, 2010). Tal natureza de colonização resultou do facto de, durante largos períodos, “(...) a expansão portuguesa na África Oriental [ter sido] exclusivamente comercial” (LOBATO, 1957, p. 24). Ademais, enquanto o Brasil existiu como colónia, e mesmo depois da sua emancipação, em 1822, e do seu reconhecimento por Portugal, em 1825, as colónias africanas foram negligenciadas por esta potência. Finalmente, entre as duas possessões coloniais portuguesas existentes na África meridional, apesar de se situarem na mesma latitude, Angola e Moçambique tiveram amplitudes de colonização diferenciadas. Ela foi mais forte no primeiro espaço territorial que no segundo (TEIXEIRA, 1938; ALVES, 1951).

Para obter-se ou definir-se um imaginário de como esse Moçambique foi concebido marginalmente pelos portugueses, pode começar-se pela fixação de prazeiros no vale do Zambeze, passando pela consideração do território respectivo como um dos mais perniciosos da África (ISAACMAN; ISAACMAN, 1991). Acrescente-se a recorrente detração promovida sobre os domínios orientais da África Portuguesa por figuras proeminentes da colonização portuguesa, as quais eram de opinião de que Moçambique não era território para florescer uma civilização de tipo ocidental ou para se fundar uma colónia de povoamento (MACHADO, 1910), desaconselhando-se a fixação de portugueses, uma ideia que vinha mesmo do terceiro quartel do século XIX.⁹ O próprio primeiro Comissário Régio de Moçambique, António Ennes, apesar de ter lutado para se constituir no seu primeiro governante mais vigoroso, chegou a opinar de que a colonização portuguesa devia encarregar-se para o Brasil (ENNES, 1893). Curiosamente, tal desejo de Ennes formulava-se numa altura em que o território estava emancipado e, por via disso, o novo país jamais propiciaria algum dividendo vantajoso à Portugal. Aliás, mesmo seus predecessores, com vozes avisadas, já haviam apontado que, com a perda daquela parcela, a África devia ser o novo destino para Portugal (CAPELA, 1974).

Como resultado da marginalização de Moçambique e com a falta recorrente de pessoal para integrar nesta colónia, a resposta encontrada foi a integração de degredados. De facto, durante largos tempos, Moçambique foi ocupado por um pessoal marginal da estrutura social metropolitana e de Goa.¹⁰ Pela sua natureza, e apesar de ser reutilizado no espaço colonial, tal pessoal estava marginalmente ligado aos assuntos políticos e económicos, tal como aponta Ennes (1893).

Finalmente, mesmo entre a população colona, parte substancial dela não tinha algum *métier* para desenvolver qualquer iniciativa colonizadora (ALVES, 1951), ocupando

⁹ AHU, Lisboa, DGU, Caixa 28, 1862.

¹⁰ AHU, Lisboa, DGU, Pasta 12.

preferencialmente o meio urbano (SALDANHA, 1930; PEDRO, 2010) e, principalmente, a excêntrica capital Lourenço Marques (SILVA, 1962) que, desde 1896, passou a ocupar a centralidade até aí assumida pela metrópole. Como resultado, o meio rural e o imenso *hinterland*, como o extremo norte de Moçambique, bem como a própria colónia, no geral, constituíram-se em locais de rápida passagem ou de passagem cinematográfica de colonos portugueses, desde os escalões sociais mais inferiores aos altos funcionários (AHM, 1937; PÉLISSIER, 1984), sendo que alguns deles vinham apenas por alguns meses, em períodos de defeso (ANDRADE, 1950).

Todos os aspectos levantados tiveram, como ponto de convergência, o desinteresse por Moçambique por parte dos seus residentes forasteiros, o qual demarcou-se como um dos caracteres transversais na história dessa colónia. Definia-se assim uma forma de ser/estar peculiar, marcada por uma frágil ligação ao torrão dos que se esperava que dessem o exemplo, por serem os mentores do sistema colonial. Aliás, tal carácter constitui-se num dos marcos recorrentes dos que continuam a habitar Moçambique nos dias que correm, o que, correlativamente, traz um impacto sobre a construção do Estado e sobre a atitude do moçambicano, vis-à-vis, às dinâmicas que ocorrem no país, tal como evidencia-se mais adiante. De facto, a consequência dessa fraca definição dos adereços culturais ligados ao torrão redundou na volatilidade das formações sociais, por isso, propensas a permissividades ou à porosidades recorrentes.

Essa falta de ligação ao torrão foi sendo reforçada em diferentes momentos da história de Moçambique, a partir de vários processos conjunturais e mesmo estruturais. Um dos reforços que se constituiu em fator para a frágil ligação ao torrão resultou das sucessivas incursões militares e das guerras que ocorreram em Moçambique. As incursões militares e as guerras em si, desde as promovidas para a captura de homens para a escravatura económica, a partir de meados do século XVIII, passando pelas guerras de conquista e ocupação territorial portuguesa, bem como pela de libertação, até a guerra civil, ocorrida no período pós-colonial, coagiram mudanças constantes de grupos sociais de um território para outro.¹¹ Esse processo implicou, logicamente, o desenraizamento dos grupos sociais mutantes em relação às suas origens territoriais e socioculturais, realidade acrescida pelo facto do movimento de grupos sociais para novos territórios ter sido acompanhado pelo estabelecimento de relações afetivas menos fortes.

A guerra de conquista promovida durante a colonização moderna, ao ter induzido a imposição de uma *pax lusitana* e a extensão de fronteiras coloniais num contexto manifestamente de domínio do conquistador, cimentou a ideia de pertença das terras à Portugal,

¹¹ O momento da escravatura económica "... combinou-se com a situação de grande insegurança dominante nas regiões afectadas pelo tráfico, [onde] os mais fracos buscavam protecção junto de linhagens, unidades clânicas e tribais, chefes especialmente poderosos, etc" RITA-FERREIRA (1989, p. 330). Para o período posterior, tendo como exemplo a zona norte de Moçambique, CAPELA e MEDEIROS apontam que, por causa das guerras desenvolvidas durante o século XIX, houve "... grandes deslocações da população, cisões dinásticas e formação de chefaturas primeiro e de novas unidades tribais, em consequência, entre Matibane e o Lúrio"(1987, p. 114).

cujo processo foi concretizado pela supressão de anteriores topónimos, algumas vezes por conveniência fonográfica, outras vezes pela necessidade de imposição de nomes ligados às figuras de colonização e cujos exemplos são imensuráveis na história de Moçambique (BRANQUINHO, 1969; LOUREIRO, 2003). Entretanto, uns e outros ao serem estranhos aos grupos sociais locais, de um processo que, à primeira vista, parecia inofensivo, tinham um impacto negativo sobre a mentalidade coletiva. Tal impacto resultava pelo facto de

os nomes [serem] ... mais importantes do que as simples palavras (...) pode demonstrar-se que os ... [os mesmos] também são frequentemente entendidos como sendo mais ou menos a mesma coisa que as coisas que representam. Deste modo, vermo-nos livres do nome de uma pessoa equivale a vermo-nos livres dela própria (TITIEV, 1987, p. 332).

Aliás, mesmo que tenha sido por motivações diferenciadas, o sistema político implantado no período pós-colonial desenvolveu uma tática operacional idêntica, logo depois que Moçambique alcançou a emancipação política. Assim, com a independência, muitas localidades viram os seus nomes transformados, sendo impostos, no seu lugar, nomes de acidentes geográficos e de figuras nacionais ligadas à revolução ou à figuras estrangeiras pretensamente ligadas a um internacionalismo socialista. Desses dois processos, e indo de acordo com Titiev, a erradicação da toponímia vernácula não só significou o simples afastamento dos nomes, mas também dos donos dos nomes e, fundamentalmente, da erosão da simbologia que daí resultava, mormente, a relação entre tais donos com o território, por um lado, e entre aqueles com os sujeitos que nele habitavam, por outro. Não era por acaso que os nativos se recusavam a aceitar a erradicação dessa toponímia local, tal como evidencia o seguinte trecho: “segundo consta dum registo do Posto, a regedoria passou a designar-se por Lisboa, a pedido de Guareneia IV, terminando oficialmente com o antigo nome tradicional, mas que no meio nativo não tem aceitação daquele, pelo qual continuam a ser conhecidas as terras e o régulo” (BRANQUINHO, 1969, p. 74).

Finalmente, durante o período colonial, largos espaços catalogados como aptos para o desenvolvimento de culturas obrigatórias, picadas, blocos algodoeiros e outros mecanismos de reprodução económica, contribuíram para o despojamento de terras e desenraizamento dos nativos, mesmo que algumas deslocações não fossem substanciais. Para o caso específico da cultura do algodão, uma leitura à representação cartográfica da distribuição de companhias algodoeiras durante o período em alusão feita por Fortuna (1993) evidencia que o território situado entre os rios Rovuma e Zambeze acolheu a maior parte daquelas companhias, indiciando maiores movimentações de grupos familiares. Uma ação idêntica de despojamento de terras ocorreu com a I República em Moçambique. De facto, o pós-independência em Moçambique

terá largamente aumentado esse desligamento dos indivíduos ao torrão, primeiro, com as aldeias comunais e em seguida, com os fluxos e refluxos populacionais que acompanharam a guerra civil em Moçambique entre 1976 e 1992.

Um dos processos incontornáveis de entre os factores que condicionaram a formação de um comportamento menos apegado ao território relacionou-se com o tipo de colonização empreendido por Portugal em Moçambique. Sem meios para possibilitar a agregação da colónia à sua metrópole ou condicionar a subserviência, Portugal introduziu não só mecanismos directos e coercitivos de colonização, desenvolveu, paralelamente, uma lavagem cerebral aos nativos por via de um processo aculturativo, por via de um processo educativo que induzia o reconhecimento da primazia dos pressupostos lusitanos, em detrimento da própria existência individual e coletiva dos nativos.

Mentalidade volátil e convulsão política em Cabo Delgado

Como resultado dessa sucessão de processos, impregnou-se uma relação volátil com a terra e, funcionando com um ADN/DNA social¹², foi herdado pelos moçambicanos, o qual, mesmo de forma inconsciente, continua a prevalecer, constituindo-se num dos alicerces explicativos do comportamento hodierno dos distintos grupos que compõem o mosaico etnocultural em relação ao seu próprio país. Situado num quadro simbólico, certamente que a sua mensuração nunca será quantitativa, mas da observação de comportamentos e sinais exteriores que, da sociedade, vão se manifestando. O fraco apego ao torrão e a porosidade que resulta de um hibridismo marginal reflectem-se, sobremaneira, na abordagem das questões territoriais e identitárias em Moçambique. Por esta via, parte-se de uma outra conjectura segundo a qual, por causa dessa volatilidade, cimentada ao longo dos distintos períodos da história do Oceano Índico Ocidental e justamente no território entre o Rovuma e a Ponta de Ouro, passaram a ocorrer processos que atentam contra a subsistência de um Estado íntegro, em virtude dos seus cidadãos nunca se sentirem responsáveis pela sua manutenção ou defesa. De facto, tal manutenção e protecção do Estado é alguma coisa encarada como vindo de fora de um ego ou sujeito de referência, de um grupo, de uma região, etc.

Essa realidade, inicialmente alicerçada durante o período colonial em que o nativo ficou excluído da gestão de Moçambique, foi reforçada logo depois do falhanço de um processo inclusivo que decorreu entre 1975/77-1987/90¹³ por via de uma utopia de vida socializada.¹⁴ O

¹² Alguns traços dessa herança cultural podem ser incorporados no contexto da colonialidade (vide, p. ex. QUIJANO, 2009), enquanto outros poderão ter resultado como consequências paralelas e inesperadas do próprio processo colonial.

¹³ O marco visível de abandono da utopia samoriana, assim apelidada pelo facto de ter sido um projeto mais personificado na figura do presidente, ocorre com a introdução do PRE/PRES, em 1987 e, legalmente com a Constituição de 1990, que institui a II República no país.

facto deste último falhanço ter sido seguido pela introdução de um sistema neoliberal, para o qual o moçambicano foi apanhado sem alguma preparação, propiciou ainda a introdução de incertezas quanto a relação que cada um devia ter em relação ao território. Uma das realidades atinentes à falta de preparação das pessoas para este último sistema foi o facto de maior parte destas terem percebido, erradamente, que tudo podia ser mercantilizado ou comercializável, realidade que quase podia encaixar-se num paradigma que, desde períodos mais recuados, caracterizou Moçambique, quer por causa da sua ligação ao espaço oceaníndico ocidental, tipicamente comercial, como pelo facto de, desde o período colonial, as pessoas se terem apercebido que tudo o que era de mais-valia servia para alimentar outros grupos sociais e nunca a si mesmos.

Se tal inclusão de Moçambique num circuito comercial foi concretizável em períodos precedentes, devido a presença de mecanismos de provisão local e regional de recursos, contrariamente, neste último período, a mesma mercantilização passou a operar num quadro jamais sustentado por uma produtividade económica interna, em parte, por falta de uma responsabilização recorrente sobre os papéis que cada um deve exercer no quadro da funcionalidade sistémica de Moçambique. De facto, essa atitude de desresponsabilização das pessoas aos desígnios gerais do país constitui-se no marco recorrente do comportamento dos indivíduos, no quadro da construção de Moçambique como um Estado. Num quadro relacional e funcional, Moçambique tem poucas pessoas comprometidas a um projecto que esteja acima do interesse pessoal. Um dos aspectos que deriva dessa falta de comprometimento, desse desinteresse pelo país, resume-se em existir uma permissividade recorrente em Moçambique que ocorre em todos os sectores, incluindo os que são cruciais para a integridade do país. Por exemplo, no país, a obtenção de documentos nacionais, desde o Bilhete de Identidade ao passaporte por cidadãos estrangeiros, é algo que ocorre recorrentemente, o que pode ser confirmado com o aparecimento de nomes/apelidos nacionais em cidadãos de outras paragens da África e de origem asiática, sem alguma ascendência local e sem que para o efeito tenham obtido por vias formais.

Esta doação gratuita de Moçambique constitui-se num dos erros gravíssimos que o país enfrenta no presente, cujas consequências podem ser mais desastrosas que às que resultam da conflitualidade que por enquanto envolve o extremo norte do país. A gravidade surge pelo facto de não se ter nenhum mecanismo institucional que controle a mobilidade de quem quer que seja e permita o conhecimento da existência de qualquer coisa que seja. Pelas evidências presentes, e com pequenas margens de erro, se é de opinião de que o Estado moçambicano pouco sabe da

¹⁴ Mesmo que tenha sido num contexto extremista, o facto de as políticas terem sido orientadas para a satisfação dos interesses de todos, o seu posterior abandono foi acompanhado pela negligência, por parte das pessoas, da defesa do território e das instituições, por se pensar que existem eleitos ou beneficiados dos dividendos nacionais, com obrigações para tal efeito.

existência real de cada vivalma,¹⁵ à exceção do contexto numérico que resulta dos recenseamentos. O facto do país não se encontrar formalmente repertoriado, quer física, como em termos humanos, para se saber o que existe e quem vive em cada parcela, permite formular uma questão para acrescentar à tantas que existem sobre ele: quantos problemas resultam dessa falta de catalogação “do que existe” e de “quem existe”, efetivamente, em Moçambique? A resposta à esta questão pode estar direta ou indiretamente relacionada com o que se passa em Cabo Delgado que, no momento, funciona como o epicentro de uma guerra sem rosto.

Crê-se que a situação resulta do carácter de uma província que tendo realidades híbridas e caracteres osmóticos está sujeita a criar um *interface* com outras regiões do complexo oceaníndico ocidental, e não só. Desta forma, Cabo Delgado torna-se o rosto visível de uma realidade que poderia acontecer na maior parte dos territórios que corporizam Moçambique, já que os caracteres acima identificados podem ser localizados em outras parcelas territoriais do país. Provavelmente os mentores dos conflitos escolheram um meio mais permissivo para atingirem os seus objetivos que, pela lógica, dificilmente podem ser incorporados no fórum político, já que, caso a instabilidade resultasse de uma privação política, os seus autores ter-se-iam manifestado nesse sentido. De facto, sempre que haja uma privação dos indivíduos em direitos fundamentais, o grito pela liberdade é o único que não se esconde e dificilmente se adia, ao que, em seu lugar, tem impelido a mudança da situação prevaiente. Tal como a História da Humanidade tem sempre mostrado, é um dos poucos domínios do sociocultural que se tem revelado imediatamente. Haverá indícios nessa direcção? É provável que haja, mas algumas afirmações nesse sentido terão servido e servirão apenas para desviar outras vias de pesquisa.

Pelas evidências presentes até ao actual debate do assunto, a conflitualidade que se verifica em Cabo Delgado serve como simulacro para encobrir outras ações paralelas, cuja violência é recorrentemente assumida ou recorrida, pelo facto da funcionalidade administrativa, com as novas divisões administrativas e com o robustecimento do aparelho do Estado, estar a propiciar o (re)conhecimento de regiões que antes, por causa da disfuncionalidade institucional, eram locais de operações clandestinas que não davam lugar nem a protestos e nem a relatórios. Em função do crivo analítico até aqui seguido, a desestabilização de Cabo Delgado estará correlativamente relacionada à integração de pessoas num espaço não repertoriado efetivamente pelo Estado moçambicano mas que, localmente, é permissivo à integração de vários atores, por causa: (i) de um hibridismo parcial, pelo qual têm surgido janelas de integração de pessoas externas em função da capitalização de algumas referências locais e (ii) da presença de indivíduos e grupos sociais endógenos que clamam por uma protecção institucional evidente,

¹⁵ Exceptua-se provavelmente o caso de pessoas que estejam ligadas ao sistema e-Sistafe, pelo menos no que concerne à ligação institucional. Contudo, quanto ao real conhecimento da cartografia individual no quadro residencial, o país continua a viver na informalidade e num desregramento assinalável.

mas que não podem recebe-la em virtude do funcionamento das instituições estar à reboque de agendas pessoais, em detrimento de coletivas, supremas ou nacionais.

Numa outra vertente, a situação de Cabo Delgado deve estar aliada a um facto que resulta do apego ao torrão num contexto volátil, em parte porque as pessoas sentiram-se abandonadas à sua sorte e, por isso, foram obrigadas a procurar alguma sobrevivência individual, com a capitalização de redes locais e regionais, algumas delas com impacto negativo sobre a integridade pública e a sobrevivência coletiva. Esse apego volátil ao torrão é acrescido pela prevalência de uma territorialidade minimalista que, existindo um pouco por todo o país, resultou da imposição de sistemas estruturantes estranhos ao meio, num contexto hegemónico e excludente e que, por essa via, interromperam o desenvolvimento de processos identitários internos, cuja expressão territorial teria propiciado a formação de entidades socioculturais que situassem os indivíduos acima de referências familiares, linhageiras e clânicas. Em contrapartida, as referências sociais fixaram-se ao nível mais restrito e que se ultrapassam o do familiar é motivo para se levantar braços, como motivo de regozijo. Por causa dessa realidade, manifestam-se processos atípicos que atentam a solidariedade, o amor ao próximo e ao torrão que não esteja directamente ligado ao indivíduo, etc., tal como se evidencia em um dos setes sapatos sujos de Mia Couto. Segundo este, “(...) [estamos] dispostos a denunciar injustiças quando são cometidas contra a nossa pessoa, o nosso grupo, a nossa etnia, a nossa religião (...) [mas] estamos menos dispostos quando a injustiça é praticada contra os outros” (COUTO, 2005),¹⁶ condicionando a persistência “ (...) de zonas silenciosas de injustiça, [e de] áreas onde o crime permanece invisível” (*Ibid.*).

O enunciado de Couto vai ao encontro do argumento que aponta não existir um sentido/sentimento nacionalista entre muitos membros que têm Moçambique como seu país, por terem a sua visão centrada na localidade, se ela não se situar ainda em um escalão inferior, isto é, nos diferentes egos. As pertenças e referências individuais ou grupais a um vasto território, seja ele provincial ou nacional ocorrem menos por convicção e mais por referência formal, legalista ou contextualizada ou, se se quiser ser mais ousado e menos formal, mais interesseira, justamente no quadro da viabilização de agendas pessoais. Por aí pode vislumbrar-se como ações individuais dos funcionários, mesmo quando ocupam um posto governamental, e mesmo que do seu desempenho haja alguma compensação pecuniária, esta jamais é suficiente para estancar atos corruptos daqueles. Com a prevalência de interesses particulares/subjetivos/egocêntricos, impossibilita-se a capitalização de projetos que contemplem a coletividade ou tenham uma incidência nacional, enfermado, em consequência, a construção do Estado em Moçambique e

¹⁶ Vide : Os sete sapatos sujos, de Mia Couto, concretamente no seu sexto sapato.

propiciando a porosidade/permisividade de processos nefastos ao normal funcionamento das instituições.

NOTA CONCLUSIVA

A prevalência de processos que induziram a criação de processos excludentes aos nativos, num território que na *longue durée* foi trilhado por interlocutores que, por causa da actividade comercial ou de presença extrativa, dificilmente tiveram uma ligação com o terreno, propiciou o desenvolvimento de um simbolismo e uma representação frágil entre os nativos na sua relação com os territórios. O facto dessa condição ter se constituído em denominador comum nos diferentes processos estruturantes do que viria a ser Moçambique, criando um ciclo vicioso propiciou a formação de uma norma, mesmo que esta tenha sido de carácter atípico. O desregramento institucional generalizado, que daí advém, tem criado a disfunção governativa que, em última consequência, condiciona a concretização de agendas obscuras, de difícil identificação dos seus autores, tal como ocorre no extremo norte de Moçambique, onde supostos insurgentes estão a atuar em Cabo Delgado desde 2017 e, até ao momento, continuam na condição de grupo sem rosto.

Embora tenham sido levantados vários prismas de análise, a solução dos problemas acima apontados, e que no seu conjunto emperram a construção do Estado em Moçambique ou têm influência sobre as dinâmicas locais de distintas zonas geoculturais que compõem o extenso território, passa, necessariamente, pelo revigoramento de um contrato social, assente na inclusão de todos os grupos sociais e do cidadão, em particular. De facto, embora exista um discurso que aponte a inclusão, tal parece nunca ter saído ainda do papel. O que prevalece é uma situação em que o Estado continua a ser visto como uma entidade exterior ao indivíduo e que, correlativamente, é algo que nunca se espera que faça parte da solução dos problemas individuais e coletivos, o que, por via disso, dificilmente condiciona o comprometimento destes em sua defesa.

O desenvolvimento, por parte do Estado, de ações que sejam tangíveis e inteligíveis propiciará, de forma retroativa, a redução da porosidade e da permisividade no interior dos micro espaços que o compõem, perante propostas alheias que o país deve esperar quotidianamente. De facto, no quadro da correlação de forças e agendas internas e da funcionalidade da geopolítica regional, continental e mundial, desenvolvem-se mecanismos subtis, com o aproveitamento de vários atores presentes num determinado país de referência, como o é Moçambique, visando à preparação de futuros espaços de manobra que possibilitem a viabilização de respectivas agendas. A redução dessa porosidade só pode ser encontrada em

indivíduos que, mesmo sem possuírem alguma arma, sejam capazes de impedirem qualquer ação corrosiva contra o Estado, isto é, denunciem a ocorrência de processos que suspeitem não serem normais, formais ou funcionais do Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Alfredo A. Freire de. (Governador geral de Moçambique, 1906 – 1910). **Relatórios sobre Moçambique (2ª edição) 2º Volume**. Lourenço Marques: Repartição Técnica de Estatística – Imprensa Nacional de Moçambique, 1950.

BELLO, Angela Ales. **Cultura e Religiões. Uma leitura fenomenológica**. Bauru, SP. EDUSC, 1998.

BRANQUINHO, José A.G. de Melo. **Prospecção das Forças Tradicionais – Distrito de Moçambique**. Lourenço Marques: SCCI, 1969.

CAPELA, José; MEDEIROS, Eduardo. **O tráfico de escravos de Moçambique para as Ilhas do Índico: 1720 – 1902**. Maputo: Núcleo Editorial da UEM, 1987.

CAPELA, José. Escravatura: **A empresa de saque. O abolicionismo, (1810 – 1875)**. Porto: Afrontamento, 1974.

COUTO, Mia. Os sete sapatos sujos. Aula de Sapiência, 2005. <https://www.contioutra.com/os-sete-sapatos-sujos-por-mia-couto/>

DEFERT, Daniel, EWALD, François (Dir.). **Michel Foucault. Dits et écrits (1954 – 1988). II (1970-1975)**. Paris: Éditions Gallimard, 1994.

ENNES, António. **Moçambique. Relatório apresentado ao Governo de Sua Magestade**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1893.

FORTUNA, Carlos. **O fio da meada. O algodão de Moçambique, Portugal e a economia-Mundo (1860-1960)**. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.) **Epistemologias do Sul**. Porto: Almedina, 2009, p. 383 - 417.

HRBEK, Ivan. A difusão do islã na África, ao Sul do Saara. In: EL FASI, Mohammed; HRBEK, I.(Org.). **História Geral da África III. África do século VII ao XI**, Vol. III. Brasília: UNESCO, 2010, p. 83-112.

ISAACMAN, Allen; ISAACMAN, Barbara. Os Prazeiros como Trans-Raianos: Um Estudo Sobre Transformação Social e Cultural. In: **Arquivo, Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique**, nº 10 Especial. Tete. Maputo: UEM, 1991, p. 5 - 48.

JOURDIN, Michel M. du; DESANGES, Jehan. **As rotas milenares**. Lisboa: Edições Iapa, 1989.

LOBATO, Alexandre. **Evolução Administrativa e Económica de Moçambique – 1752 – 1763**. 1ª Parte – Fundamentos da criação do Governo Geral em 1752. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1957.

LOUREIRO, João. **Memórias de Lourenço Marques**: uma visão do passado da Cidade de Maputo. Lisboa: Missimagem, 2003.

MACHADO, Aníbal. **Relatório do Governador**: Distrito de Moçambique – 1908-1909. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1910.

MALBERT, Thiery. Emergence d'une identité indien-océanique, leviers et perspectives. In : Yvan Combeau et Yvon Rolland (Dir.). **Dire l'Océan Indien**, Volume 2. Université de la Réunion: Epica Éditions, 2017, p. 557-568.

NEWITT, Malyn. **A Short History of Mozambique**. London: HURST & COMPANY, 2017.

OLIVER, Roland; FAGE, J. D. **Breve história de África**. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1980.

PEDRO, Martinho. **La persistance des Autorités traditionnelles au Mozambique Colonial (1834 – 1974) : Le cas de Mamwene de Nampula**, 2010, 864 p. Sous la direction de Monsieur Frédéric CHAUVAUD, (Thèse de Doctorat, Histoire Contemporaine). Université de Poitiers. 2010.

PÉLISSIER, René. **Naissance du Mozambique : Résistance et révoltes anticoloniales (1854 - 1918)**. (tome 1). Paris: Orgeval, 1984.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (Org.) **Epistemologias do Sul**. Série Conhecimento e instituições. Coimbra: Almedina, 2009, p. 73-117.

RITA-FERREIRA, António. A sobrevivência do mais fraco: Moçambique no 3º Quartel do Século XIX. In: **I Reunião Internacional de História de África: Relações Europa-África no 3º Quartel do Século XIX**. Lisboa: IICT, 1989.

SALDANHA, Eduardo d'Almeida. **Questões Nacionais. Colónias, Missões e Acto Colonial**. Vila Nova de Famalicão: Tipografia Minerva, 1930.

SERRA, Carlos. **Para a História da Arte Militar Moçambicana (1525 – 1920)**. Maputo: Cadernos Tempo, 1983.

SILVA, J. Oliveira da. **Da urgência da reforma em Moçambique**. Beira: Notícias da Beira, 1962.

TEIXEIRA, Botelho. **Diferenças essenciais na génese de Angola e Moçambique sob o domínio português**. Separata das “Memórias”. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1938.

TITIEV, Mischa. **Introdução à Antropologia Cultural**. 9ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

DOCUMENTOS

AHM, Maputo, Fundo do Governo Geral, Inspecção dos Serviços Administrativos e dos Negócios Indígenas. Relatório duma inspecção às circunscrições do Distrito de Moçambique, (1936-1937), pelo Inspector Pinto Corrêa. Cx. 76.Vol. II, (Membra).

AHU, Lisboa, DGU, Pasta 12, (Moçambique), Capilha 1, 15 janvier 1850.

AHU, (Lisboa), DGU, Caixa 28 (1862), Governo Geral de Moçambique, Capilha 2, 6 de Fevereiro de 1862, série de 1862, n° 41.

ALVES, Anselmo António. **Política Colonial. Alguns aspectos práticos em Moçambique**, 1951. Dissertação para exame do 2° Ano do Curso de Altos Estudos Coloniais, apresentada na Cadeira de Política Colonial. Lisboa, Escola Superior Colonial.

O País, Ano XV, n° 411103, de 28 de Agosto de 2019.

Recebido em: 10/11/2019

Aprovado em: 28/12/2019